

Em Angra dos Reis, processo de agonia

O único hospital de Angra dos Reis — o Hospital e Maternidade Codrato de Villena — agoniza e vive um quadro clínico à beira do colapso. O diagnóstico é do Secretário Municipal de Saúde, Juracy Vieira Sérgio, para quem o processo de deterioração pelo qual o hospital vem passando há muitos anos coloca cada vez mais em risco a vida da população. Administrado pela Santa Casa de Angra dos Reis, o Codrato de Villena apresenta sérias distorções em seu funcionamento.

A fiscalização do Inamps, através de relatórios apresentados pela médica Cristina Simas, Supervisora do instituto, aponta várias irregularidades. Com cerca de 150 leitos, o hospital apresenta insuficiência de soro e antibióticos e não tem plantão noturno para médicos e técnicos de laboratório, onde também falta material para exame. Segundo ainda o relatório, médicos e material entram e saem do centro cirúrgico pela mesma porta, o mesmo acontecendo com as roupas limpas e sujas da lavanderia. No setor de raio X, quase sempre os aparelhos estão quebrados e é comum a falta de chapas. Em casos de acidentes graves, os pacientes aten-

didos no pronto-socorro, onde não há centro cirúrgico, são transferidos para o Rio de Janeiro, com frequentes mortes durante o trajeto de 200 km que separa as duas cidades.

Atualmente, uma pendência jurídica ameaça ainda mais a vida da população. A Prefeitura, encarregada de administrar os interesses do Inamps, que contribui com 90 por cento da receita do hospital, está impedida de intervir no Codrato de Villena por decisão do Juiz José Jaime de Souza Santoro, da 2ª Vara Cível da Comarca de Angra. A decisão do Juiz, que manteve na direção do hospital Jorge Elias Miguel, Provedor da Santa Casa há 16 anos, provocou a demissão de todo o corpo clínico e chefias das clínicas médicas. O Diretor administrativo, Luiz Pereira Nunes, que assumiu há poucos meses por indicação da Federação das Santas Casas de Misericórdia, também abandonou o hospital em protesto ao retorno do antigo Provedor, depois de 60 dias de licença. Neste período, em que o Vice-Provedor Adail Raimundo de Oliveira esteve à frente da administração, foram liquidadas as dívidas do hospital, que eram de cerca de Cr\$ 3 milhões, em 1989.